

# DESTAQUES DA SEMANA

## Tecnologia da Informação

06 a 10 de janeiro de 2025

### Nesta Edição

- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Propriedade Intelectual](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Governo Digital](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Consumidor](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Internacional](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Saúde](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)

## Segurança Cibernética

- **Líderes da RNP são nomeados para o Comitê Nacional de Cibersegurança.** A RNP anunciou a nomeação de **Michelle Silva Wingham**, Gerente de P&D em Cibersegurança, como titular, e **Emilio Tissato Nakamura**, Diretor Adjunto de Cibersegurança, como suplente no **Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber)**, representando instituições científicas, tecnológicas e de inovação na área. Essa nomeação destaca a expertise dos profissionais e reafirma a liderança da RNP no cenário nacional de cibersegurança, alinhada à sua missão de promover redes avançadas e contribuir para o desenvolvimento tecnológico, social e econômico do Brasil. “É uma grande honra representar as instituições no CNCiber. Este reconhecimento reforça nosso compromisso com a excelência em cibersegurança e a proteção da infraestrutura crítica de pesquisa e ensino, além de levar a voz de professores e pesquisadores que colaboram com a RNP”, afirmou Michelle. O CNCiber – estabelecido pelo [Decreto nº 11.856/2023](#) – desempenha um papel consultivo fundamental na formulação e implementação da Política Nacional de Cibersegurança. Com informações de: [RNP](#)
- **Dezembro foi o segundo mês com mais tentativas de ataques cibernéticos em 2024.** O varejo, especialmente em datas de alto volume de vendas como Dia dos Namorados, Dia das Mães, Black Friday e Natal, atrai a atenção de cibercriminosos que exploram vulnerabilidades

para causar prejuízos financeiros. Um levantamento da ISH Tecnologia aponta que o período entre novembro e dezembro é o mais crítico, com mais de 76 mil tentativas de ataques cibernéticos registradas no Brasil. Outubro, impulsionado pelo Dia das Crianças, lidera o ranking de tentativas de ataques, seguido por dezembro. A Black Friday também se destaca, com 20% dos incidentes de novembro ocorrendo antes da data, evidenciando o aumento de atividades maliciosas durante períodos de alta demanda. Segundo Luiz Ricardo Guimarães, gerente de cibersegurança da ISH, o varejo, cada vez mais digitalizado, lida com grandes volumes de dados sensíveis, tanto de colaboradores quanto de clientes, tornando a proteção cibernética indispensável para evitar roubos de senhas, que correspondem a 47% das ameaças detectadas. Com informações de: [Tlinside](#)

## Propriedade Intelectual

- **Com aumento nos pedidos de marcas, DI e software, INPI divulga estatísticas de 2024.** O INPI divulgou na quarta-feira, dia 08 de janeiro, as estatísticas preliminares dos seus serviços em 2024, com base no Boletim Mensal da Propriedade Industrial de dezembro, que apresenta os dados acumulados do ano. O principal destaque do ano foi **a demanda crescente por marcas:** em 2024, os pedidos nessa área cresceram 10,3% em relação a 2023, chegando a 444.037 solicitações de marcas. No ano passado, também tiveram aumento os pedidos de desenhos industriais (+3,1%), programas de computador (+25,5%) e topografias de circuitos integrados (+500%). Por sua vez, houve redução nos pedidos de patentes (-0,8%), que fecharam o ano de 2024 em 27.701. Também ocorreu queda, na comparação com 2023, em contratos de tecnologia (-22,5%) e indicações geográficas (-3,7%). Para obter mais informações sobre pedidos e concessões em 2024, bem como países de origem das solicitações e natureza jurídica dos depositantes, confira o Boletim Mensal de Propriedade Industrial de dezembro. Com informações de: [ASCOM INPI](#)

## Educação

- **MEC publica portaria que institui Comitê Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito.** Foi publicada, no Diário Oficial da União – DOU a [Portaria MEC nº 1, de 2 de janeiro de 2025](#), que institui e regulamenta o Comitê Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CAPE), definindo seu funcionamento com o objetivo de propor e acompanhar estratégias e ações que promovam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes no âmbito da RFEPCT. São atribuições do CAPE: **(i)** incentivar e apoiar a elaboração de diagnósticos; **(ii)** subsidiar o planejamento, a organização e a condução de ações de formação dos servidores; **(iii)** subsidiar a elaboração de orientações e diretrizes para as Instituições da RFEPCT no planejamento e na implementação de ações; **(iv)** monitorar e avaliar a implementação e os resultados das ações; e **(v)** elaborar relatório semestral de suas atividades.
- **60% dos brasileiros querem aprender sobre inteligência artificial em 2025.** Em 2025, 60% dos brasileiros têm o objetivo de aprender sobre inteligência artificial, segundo estudo da

DataCamp, realizado com 500 brasileiros conectados à internet. O ano de 2024 foi considerado um marco na consolidação da IA entre a população, com um aumento significativo nas buscas por cursos na área: as pesquisas por "curso de IA" cresceram 238% e por "curso de inteligência artificial", 84%, nos últimos 12 meses. Martijn Theuwissen, COO do DataCamp, destacou que em 2024 os brasileiros passaram a ver a IA de maneira mais positiva, integrando-a em suas rotinas diárias e reconhecendo as oportunidades que ela pode trazer, superando o medo inicial de que fosse uma ameaça no mercado de trabalho. Com informações de: [TI Inside](#)

## Mídias Sociais

- **Governo pressiona a Meta e deve avançar na agenda de regulação digital.** O governo brasileiro, liderado pelo presidente Lula, intensificou a pressão sobre a Meta em resposta às mudanças na política de moderação das plataformas Instagram e Facebook. A Advocacia-Geral da União (AGU) notificou a empresa para esclarecer como protegerá crianças, adolescentes, mulheres e comerciantes frente às alterações anunciadas, que incluem o fim da verificação de fatos por terceiros e maior dependência de correções pelos usuários. A Meta tem 72 horas para responder, sob risco de medidas judiciais. Paralelamente, o governo reafirma a regulação das redes sociais como prioridade para 2025. Um grupo de trabalho será formado para dialogar com o Congresso e entidades da sociedade civil, buscando consenso sobre projetos que já tramitam. O objetivo é aperfeiçoar a legislação e avaliar impactos econômicos das novas regras. Com informações de: [G1](#)
- **Moraes reforça cumprimento da lei e insinua impacto das mudanças da Meta nas discussões do STF sobre Marco Civil da Internet.** A alteração na política de checagem de conteúdo das plataformas da Meta pode ser debatida pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no retorno do julgamento sobre o Marco Civil da Internet. Apesar de inicialmente minimizadas como restritas aos Estados Unidos, as alterações levantam preocupações sobre a resistência das "big techs" às regulações mais rígidas adotadas em países como os da União Europeia. Ministros como Alexandre de Moraes e Dias Toffoli defendem a responsabilização das plataformas pelos conteúdos publicados, enquanto a Meta critica a proposta, alegando que não há precedentes semelhantes em grandes democracias. O julgamento, interrompido por um pedido de vista do ministro André Mendonça em dezembro de 2024, é uma das prioridades do presidente do STF, Luís Roberto Barroso, para 2025. Após o anúncio de Mark Zuckerberg sobre maior flexibilização nas políticas de moderação, Moraes reforçou que as plataformas devem obedecer às leis brasileiras, citando a multa de R\$ 28,6 milhões aplicada à rede X de Elon Musk. O STF busca equilibrar liberdade de expressão e responsabilidade digital, rejeitando iniciativas que possam amplificar discursos de ódio ou antidemocráticos no Brasil. Com informações de: [Valor Econômico](#) e [Agência Brasil](#)
- **Regulação de plataformas com base em evidências.** O Ministério da Fazenda publicou recentemente um relatório que analisa os desafios concorrenciais nos "mercados digitais", abrangendo serviços como buscas online, marketplaces e redes sociais, onde a concentração de mercado e o papel das big techs têm gerado debates sobre competição. A principal questão é se seriam necessárias restrições específicas às big techs para estimular a atuação de novos

entrantes e aumentar a competitividade, além de promover uma distribuição mais justa dos ganhos no ecossistema digital. Ao avaliar iniciativas internacionais, o relatório observa a ausência de consenso: alguns países mantêm a legislação de defesa da concorrência intacta, outros adotam ajustes para agilizar análises de condutas (ex post), enquanto alguns impõem proibições preventivas (ex ante) a práticas de grandes plataformas, variando em abordagem e detalhamento. O Ministério sugere um modelo próximo ao britânico, onde o Cade teria poderes para proibir condutas de plataformas dominantes em serviços específicos, visando aumentar a contestabilidade e incentivar a concorrência. O Ministério recomenda cautela e propõe um novo debate legislativo, distinto do [PL 2768/22](#), que segue o modelo europeu do Digital Markets Act. Este projeto prevê proibições ex ante a práticas discriminatórias, dificuldades de acesso a plataformas e uso inadequado de dados pessoais, evitando vantagens competitivas indevidas.

Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **Meta: Secretário diz que determinações para retirada de conteúdo seguirão no Brasil.** O secretário nacional do Consumidor, **Wadih Damous**, afirmou que o órgão continuará a notificar a Meta por conteúdos fraudulentos mesmo após a decisão da empresa de interromper a checagem de fatos nos Estados Unidos. “A decisão é uma adesão explícita a procedimentos criminosos. Enquanto estiver à frente da Senacon continuaremos agindo como estamos agindo, determinando a retirada de conteúdos fraudulentos, de golpe, de crimes, de desinformação e negacionismo”, afirmou Damous à CNN. No Brasil, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) é um órgão vinculado ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP) e responsável por notificações a plataformas digitais que lesem os direitos do consumidor. Com informações de: [CNN Brasil](#)
- **Secretário do governo Lula critica fala de Zuckerberg sobre 'censura' na América Latina.** O secretário de políticas digitais da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, **João Brant**, criticou as declarações de Mark Zuckerberg, CEO da Meta, sobre a existência de “censura” e a alegação de que tribunais secretos na América Latina ordenariam retiradas silenciosas de conteúdo. Brant afirmou que Zuckerberg se referia ao Supremo Tribunal Federal (STF) como uma "corte secreta" e atacava os checadores de fatos, dizendo que eles enfraqueceram a confiança pública. Para Brant, o foco da Meta em priorizar a liberdade de expressão individual, em detrimento de outros direitos, abre espaço para o ativismo nas plataformas. Ele também ressaltou que a suspensão da checagem de fatos no Instagram, Facebook e Threads nos Estados Unidos sinaliza uma aliança entre a Meta e o governo de Donald Trump, em oposição a países como a União Europeia e o Brasil, que buscam proteger direitos no ambiente digital. Com informações de: [Correio Braziliense](#)
- **Alckmin defende PL das Fake News e papel da Justiça para evitar retrocesso anunciado pela Meta.** O vice-presidente **Geraldo Alckmin** defendeu a aprovação do [Projeto de Lei das Fake News](#) e a atuação do Judiciário para combater os impactos do fim dos mecanismos de checagem da Meta, classificando a medida como um “retrocesso”. Ele ressaltou a necessidade de responsabilidade das plataformas globais, condenando a desinformação e a difamação, e destacou que a regulamentação pelo Congresso e a postura firme do Judiciário são essenciais para proteger a sociedade. Alckmin também elogiou o ministro Alexandre de Moraes, do STF, que afirmou que big techs devem respeitar a legislação brasileira para operar no país. Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **Ministério Público dá 30 dias para empresa informar sobre mudanças.** O Ministério Público Federal de São Paulo (MPF-SP) solicitou que a Meta informe, em até 30 dias, se as mudanças na política de moderação de conteúdo no Facebook, Instagram e WhatsApp serão aplicadas no Brasil. Caso positivo, o MPF quer detalhes sobre como e quando serão implementadas, incluindo explicações sobre os impactos das alterações no combate a discursos de ódio e na moderação ativa. A Meta anunciou a substituição do programa de checagem de fatos por terceiros pelo modelo de Notas da Comunidade, em que os próprios usuários verificam informações. O MPF busca compreender quais conteúdos serão moderados ativamente, quais violações terão baixa prioridade e como temas sensíveis, como imigração e gênero, serão tratados. Também foi solicitado um detalhamento sobre a suspensão de contratos com agências de checagem e o número de organizações afetadas no Brasil. Com informações de: [Valor Econômico](#)

## Governo Digital

- **Ministério da Cultura Lança Portaria que Estabelece Diretrizes para Uso de Software e Serviços em Nuvem.** O Ministério da Cultura (MINC) publicou a Portaria [nº 174/2024](#), que **estabelece diretrizes para o uso de software e serviços de computação em nuvem**. Com o intuito de otimizar sua infraestrutura tecnológica, a portaria visa garantir que a adoção de novas tecnologias contribua para a eficiência e os resultados esperados pelo ministério. Além disso, a nova norma busca mitigar os riscos associados à implementação de soluções tecnológicas, promovendo um ambiente mais seguro e alinhado às necessidades do setor cultural.

## PD&I

- **CES 2025: Veja o que esperar da maior feira de tecnologia do mundo.** O ano da tecnologia começa oficialmente com a Consumer Electronics Show (CES), realizada de 7 a 10 de janeiro em Las Vegas, EUA. Reconhecida como a maior feira de tecnologia do mundo, a CES apresenta as principais tendências em TVs, computadores, eletrodomésticos e inovações tecnológicas diversas, como robôs companheiros e dispositivos que imprimem tatuagens no corpo. Neste ano, o destaque continua sendo a **inteligência artificial (IA)**, com foco especial no processamento que impulsiona essa tecnologia. O evento contará com uma apresentação de Jensen Huang, CEO da Nvidia, empresa líder no mercado de chips de IA, fundamentais para tecnologias de gigantes como Google, Meta e Microsoft. Além disso, os agentes de IA, capazes de executar tarefas de forma autônoma, devem ganhar espaço em softwares e dispositivos na edição de 2025 da feira. Com informações de: [O Estado de S. Paulo](#)
- **Investimentos em data centers devem chegar a quase US\$ 2 bilhões até 2026.** Os investimentos na construção de data centers no Brasil devem alcançar **US\$ 400 milhões em 2025 e US\$ 1,5 bilhão em 2026**, conforme levantamento da consultoria JLL. Esse crescimento deve ampliar o parque instalado em 40%, atingindo 638 megawatts nos próximos dois anos. A digitalização da economia e a insuficiência de infraestrutura no país têm motivado empresas



locais e multinacionais, como Odata, Ascenty, Scala e Equinix, a investirem em novos empreendimentos. Segundo Bruno Porto, Gerente de Negócios da JLL, os data centers são essenciais para atender à crescente demanda por processamento de dados, impulsionada por serviços populares como streaming, armazenamento em nuvem e aplicações industriais. Recentemente, a adoção de inteligência artificial generativa aumentou ainda mais essa demanda, exigindo maior capacidade de processamento devido à rápida expansão da base de usuários e à capilarização da digitalização na economia. Com informações de: [O Estado de S. Paulo](#)

## Economia & Tributário

➤ **Instruções Normativas do Banco Central do Brasil estabelece procedimentos necessários para Pix.** Foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) duas Instruções Normativas que tratam respectivamente, da alteração **(i)** procedimentos necessários para os testes formais de homologação no Pix e **(ii)** procedimentos necessários para a adesão ao Pix, a saber:

- » A [Instrução Normativa BCB nº 580/2024](#) que altera a [Instrução Normativa BCB nº 508/2024](#), que regulamenta os procedimentos para os testes formais de homologação no Pix, ajustando dispositivos relacionados às instituições usuárias. Entre outros aspectos, estabelece que os testes formais de homologação no DICT, para instituições em processo de adesão ao Pix nas modalidades liquidante especial e provedor de conta transacional com acesso direto ao DICT, incluem testes de funcionalidades e de capacidade.
- » Já a [Instrução Normativa BCB nº 581/2024](#) altera a [Instrução Normativa BCB nº 511, de 30/2024](#), que regula os procedimentos para a adesão ao Pix, ajustando dispositivos relacionados às instituições usuárias, ao Pix Automático e aos recursos nos processos de adesão. Entre outros pontos, estabelece que o pedido de alteração de modalidade de participação no Pix deve incluir o envio ao Decem, no caso de atuação como provedor de conta transacional, do formulário de jornadas do Pix Automático - Recebimento, conforme modelo disponível no Anexo I-G, caso a instituição pretenda ofertar essa funcionalidade.

➤ **Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional altera Diretrizes para o FCO para 2025.** As três Resoluções Normativas foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) que tratam, respectivamente sobre **(i)** Diretrizes e Prioridades do Fundo Constitucional; **(ii)** Diretrizes e Prioridades para a aplicação; e **(iii)** Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a saber:

- » A [Resolução CONDEL/SUDECO nº 157/2024](#), que dispõe sobre alterações das Diretrizes e Prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para 2025.” Alterando os artigos 1º e 2º do anexo da [Resolução Condel/Sudeco nº 153/2024](#), instituindo o apoio a projetos de investimentos que atendam a Nova Indústria Brasil (NIB) e projetos aderentes ao Plano de Transformação Ecológica (PTE).
- » Já a [Resolução CONDEL/SUDECO nº 158/2024](#), que aprova as alterações nos artigos 6º e 7º do anexo da [Resolução Condel/Sudeco nº 154/2024](#), que dispõe sobre as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do FDCO. Entre outros, estabelece a vedação a concessão ou renovação de empréstimos ou financiamentos para empreendimentos de infraestrutura em

localidades que sejam consideradas de risco ou que deixem de minimizar devidamente os impactos ambientais.

- » Por fim, a [Resolução CONDEL/SUDECO nº 159/2024](#), que aprova a Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2025, formulada com base nas diretrizes e orientações gerais, previstas na [Portaria MIDR n. 2.252/2023](#).

## Consumidor

- **Alta do dólar aparece nas vendas de eletrônicos em novembro, frente a 2023, aponta IBGE.** As vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação registraram queda de 4,4% em novembro de 2024, em comparação com novembro de 2023, devido ao impacto do dólar mais alto. Contudo, frente a outubro de 2024, o segmento apresentou um crescimento de 3,5%, a segunda alta consecutiva, após um aumento de 2,9% em outubro. Segundo Cristiano Santos, do IBGE, o efeito do dólar, que subiu 7% em novembro, ainda não afetou significativamente as vendas mensais, mas é perceptível na comparação anual. No acumulado de 12 meses até novembro, o segmento avançou 0,8%, enquanto em 2024 até novembro, o crescimento foi de 1%, ambos abaixo das taxas gerais do varejo, que registraram altas de 4,6% e 5%, respectivamente. Com informações de: [Valor Econômico](#)

## Trabalhista

- **Tecnologia deve elevar em 78 milhões totais de empregos até 2030.** Estudo do Fórum Econômico Mundial, realizado em 55 países, prevê que as novas tecnologias criarão 170 milhões de postos de trabalho até 2030, mas também tornarão obsoletos 92 milhões de empregos, resultando em um saldo positivo de 78 milhões de novas vagas, ou 7% dos postos de trabalho atuais. Os novos empregos estarão concentrados em áreas como Big Data, fintech, inteligência artificial, desenvolvimento de software, segurança digital, veículos elétricos e autônomos, design de interface, internet das coisas e entregas. Por outro lado, empregos em setores como serviços postais, caixas bancários, operadores de dados, assistentes administrativos, trabalhadores de impressão e vendas porta a porta deverão sofrer declínio. Hugo Tadeu, da Fundação Dom Cabral, destacou que, se as empresas investirem adequadamente, a demanda por tecnologia gerará milhões de novos empregos, representando uma tendência positiva para o mercado de trabalho. Com informações de: [Agência Brasil](#)

## Internacional

- **UE rejeita 'categoricamente' a acusação de Zuckerberg sobre censura no bloco.** A Comissão Europeia rejeitou as acusações de censura feitas por Mark Zuckerberg, CEO da Meta, que anunciou o fim do programa de checagem da empresa e criticou leis europeias que, segundo ele, dificultam inovações. Paula Pinho, porta-voz da Comissão, afirmou que a UE não pratica censura. Zuckerberg também mencionou censura na China e decisões judiciais na América Latina, como a suspensão da rede X no Brasil em 2023. A UE regulamenta plataformas

digitais por meio das leis de Mercados Digitais (DML) e Serviços Digitais (DSL), visando combater desinformação e notícias falsas. Com informações de: [O Globo](#)

## Administração Pública

- **Lula comunica demissão de Pimenta, e Sidônio Palmeira assume comunicação do governo nos próximos dias.** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acertou com **Paulo Pimenta** sua saída do comando da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República. O último dia de Pimenta no cargo foi na quarta-feira (8), quando o governo realizará um ato para lembrar os dois anos dos ataques golpistas de 8 de janeiro. O publicitário **Sidônio Palmeira** assume o comando da Secom a partir da próxima semana, com posse que provavelmente ocorrerá na terça-feira (14). Pimenta estará presente no ato e tem conversado com o marqueteiro diariamente sobre as atribuições da pasta. Como mostrou O GLOBO, a equipe de Sidônio Palmeira já tem feito a transição no comando da Secom desde segunda-feira (6). Integrantes da futura equipe do marqueteiro estão na Secom também nessa terça-feira tomando pé dos trabalhos da pasta. ‘Estamos fazendo uma transição com Sidônio, para que a partir da semana que vem ele possa assumir a tarefa de ser novo ministro da Secom. Estamos conversando entre equipes no sentido de que possa fazer da melhor maneira possível. Nosso compromisso maior é com projeto do presidente Lula, e ninguém mais do que eu quero que ele tenha êxito e sucesso no trabalho que ele vai desenvolver aqui’, disse Pimenta ao GLOBO. Com informações de: [O Globo](#)
- **A agenda regulatória da Anatel para 2025 vem aquecida.** A agenda regulatória de 2025 da Anatel traz temas cruciais para o ecossistema de Telecom e internet, com consultas públicas previstas para o primeiro semestre. Entre os destaques está o regulamento sobre os Deveres dos Usuários, que busca definir regras para o uso das redes de telecomunicações por big techs, abordando temas polêmicos como fair share, taxa de rede e investimentos em CDNs, o que promete debates acalorados devido às implicações geopolíticas e comerciais. Outro ponto relevante é o novo Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), que visa fomentar a competição no mercado de telefonia móvel com a proposta de introduzir uma quarta operadora após o fim da Oi. O regulamento estabelece mercados onde empresas com Poder de Mercado Significativo devem oferecer acesso às suas redes, além de propor o uso secundário do espectro para ampliar a eficiência do setor. Já o Regulamento do Uso do Espectro (RUE) propõe critérios para “uso eficiente” e a criação de um mercado secundário de espectro, permitindo a troca de titularidade das frequências. Ambas as mudanças buscam otimizar a ocupação das frequências, mas enfrentam desafios jurídicos e impactos nos modelos de negócios das empresas que adquiriram espectros em leilões anteriores. Essas discussões prometem moldar o futuro das telecomunicações no Brasil. Com informações de: [Tele Síntese](#)
- **Anatel divulga Plano de Gestão Tático 2025-2026.** O Conselho Diretor da Anatel aprovou o **Plano de Gestão Tático (PGT)** para o biênio 2025-2026, documento estratégico que orienta as ações e prioridades da Agência, alinhando-as ao Plano Estratégico 2023-2027. O PGT 2025-2026 é um instrumento de planejamento consolidado da Agência e reflete a visão de não se restringir a um único exercício, mas sim estendê-lo a um período de dois anos, permitindo



continuidade e eficácia nas ações regulatórias. O PGT 2025-2026 estabelece **28 metas táticas** distribuídas em diferentes áreas de atuação, com indicadores claros e resultados esperados que garantem maior previsibilidade e organização na execução das iniciativas da Agência. O plano também adota um formato flexível que permite revisões baseadas nos resultados obtidos e na evolução das metas. Sendo assim foram definidas as seguintes metas:

- » **Inclusão digital e qualidade da conectividade:** ampliar a qualidade do atendimento digital de serviços como banda larga fixa e serviços móveis; divulgar anualmente o ranking de acessibilidade em telecomunicações, incentivando melhorias na inclusão de pessoas com deficiência; e atualizar e divulgar o Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações (PERT) anualmente para orientar a expansão da infraestrutura de conectividade no país.
- » **Eficiência regulatória e fiscalização responsiva:** Concluir 90% das ações de fiscalização regulatória priorizadas anualmente; e homologar 80% das ofertas de atacado e interconexão submetidas para análise a cada ano.
- » **Empoderamento e segurança digital:** Implantar o Sistema Nacional de Autenticação de Chamadas para fortalecer a proteção contra fraudes em telecomunicações; executar ações para bloqueio de acessos ilegais a conteúdos audiovisuais e dispositivos não homologados, e promover a alfabetização digital e a segurança nas interações online.
- » **Inovação e modernização:** Publicar chamada para a primeira edição do Sandbox Regulatório incentivando soluções inovadoras no setor de telecomunicações; e firmar parcerias com instituições para o desenvolvimento de tecnologias emergentes e aplicações inovadoras.

## Saúde

- **Uso inadequado da internet pode afetar saúde, diz especialista.** A aprovação de uma lei na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), que proíbe o uso de aparelhos eletrônicos em escolas públicas e privadas a partir de 2025, trouxe atenção ao tema da utilização de tecnologia por crianças e adolescentes. O Centro Marista de Defesa da Infância alerta que o cuidado com os aparelhos e a internet também deve ser estendido ao ambiente doméstico. De acordo com a pesquisa TIC Kids Online Brasil (2024), conduzida pela Unesco e Cetic.br, 93% das crianças e adolescentes brasileiros, entre 9 e 17 anos, utilizam a internet, somando 24,5 milhões de usuários. O levantamento mostrou que apenas cerca de um terço dos responsáveis adotam medidas como bloqueio de sites (34%), filtragem de aplicativos (32%), restrição de contatos (32%), monitoramento de atividades (31%) e controle do tempo online (24%). Valdir Gugiel, diretor do Centro Marista, destaca a importância do letramento digital e da supervisão parental para ensinar comportamentos seguros na internet, comparando essa educação ao ensinamento de não falar com estranhos na rua. Ele enfatiza que o uso inadequado da internet pode prejudicar a saúde física e mental, exigindo um debate amplo sobre o uso consciente de telas e o combate à violência digital entre crianças e jovens. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#)

## Consultas & Compras Públicas

- **Conselho Nacional de Justiça publica edital de Consulta Pública.** O [edital](#) de Consulta Pública, a ser realizada em 23 de janeiro, acerca da [minuta](#) de desafio de inovação que visa à **instrução de licitação especial para contratação pública de solução inovadora** (CPSI) de atendimento a usuários no âmbito do Portal de Serviços do Poder Judiciário. Mais informações podem ser encontradas no [site](#) da instituição.

## Nomeações

- **Mistério da Defesa designa membros para compor o Grupo Técnico do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro.** Os membros a compor o Grupo Técnico do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro foram [designados](#) da seguinte forma:
  - » pelo Ministério da Defesa (MD), Brigadeiro do Ar R1 Adriano Beraldo Andrade (titular), e Coronel R1 Luiz Cláudio Magalhães Bastos (suplente);
  - » pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), Conselheira Maitê de Souza Schmitz (titular), e Primeiro-Secretário Eden Clabuchar Martingo (suplente);
  - » pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Adriano Macedo Ramos (titular), e Ricardo Cordeiro Cruz (suplente);
  - » pelo Ministério das Comunicações (MCOM), Jordan Silva de Paiva (titular), Antonio Celso Guimarães Teixeira (suplente);
  - » pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Jean Robert Batana Pires Ferreira (titular), Jean Carlos Borges Brito (suplente);
  - » pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), Brigadeiro do Ar Marcos Aurélio Vilela Valença (titular), Coronel Aviador Délcio Cláudio Santarem Júnior (suplente);
  - » pelo Comando da Aeronáutica, Brigadeiro do Ar Éric Cézzane Cólen Guedes (titular), Coronel Aviador Ricardo Felzcky (suplente);
  - » pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANEEL), Carlos Manuel Baigorri (titular), Sidney Azeredo Nince (suplente); e
  - » pela Agência Espacial Brasileira (AEB), Rogério Luiz Veríssimo Cruz (titular), Procurador Federal Ian Grosner (suplente).
- **ANEEL designa composição da lista de substituição da Diretoria Colegiada.** Os Decretos nº 8/2025, designa **Ludimila Lima da Silva; Daniel Cardoso Danna e Ivo Sechi Nazareno** para comporem a lista de substituição da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), como primeiro; segundo e terceiro substitutos, respectivamente.

- **MGI dispensa coordenador de promoção em rede da IA.** Foi [dispensado](#), Anaídes Campos Sena do cargo de Coordenadora de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva, da Coordenação-Geral de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva, da Diretoria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do MDHC.